



ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

LEI Nº 269/ 98, de 11 de Agosto de 1.998.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMEN-  
TÁRIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO  
DE 1.999, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABAIARA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais por Lei, etc, tendo em vista o que dispõe o parágrafo 2º do art. 165.da Constituição Federal.

Faço saber que a Câmara Municipal de Abaiara, Ceará, aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei;

ART. 1º-Estabelece as Diretrizes Gerais visando a preparação do Orçamento programa para o Exercício de 1.999,nos termos da Lei Orgânica Municipal.

ART.2º-O Poder Executivo deve adaptar à programação estabelecida no que se refere as circunstâncias emergenciais,a atualizar elementos quantitativos definidos no Orçamento Programa.

## CAPÍTULO I

### DAS DIRETRIZES GERAIS

ART.3º A presente Lei, que estabelece Diretrizes Gerais,definirá,ainda, a forma e o método de elaboração, da Proposta Orçamentária relativa ao Exercício de 1.999.

ART.4º-NO Projeto da Lei Orçamentária, Os valores da Receita serão estimadas e da despesa fixado e a sua correção será feita podendo para isto, o Executivo tomar medidas necessárias visando compatibilizar esses valores, até o limite previsto pela Lei nº 4.320/64, abrindo créditos adicionais.

ART. 5º- A Lei Orçamentária, bem como suas alterações não destinará recursos para a execução de projetos e atividades típicas das administrações Estadual e Federal, reservando-se aquelas autorizadas como cooperação técnicas e intergovernamental.

ART.6º-6ºO Orçamento Programa incluirá os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos,fundações e fundos mantidos pelo Município.



ESTADO DO CEARA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ART. 7º- Os projetos em fase de execução terão prioridades sobre os novos, não podendo serem paralisados sem prévia autorização legislativa.

ART. 8º- As despesas com custeio, em cada órgão ou unidade orçamentária não poderão ter aumento que supere os índices de crescimentos dos globais do Orçamento, ressalvando ' com justificativa própria, novas despesas nas áreas de educação e saúde.

ART. 9º- A Execução Orçamentária será demonstrada por órgãos, por meio de relatório bimestral, como determina o art. 165 da Constituição Federal.

ART. 10º- O Executivo incluirá na Lei do Orçamento recursos do Município para entidades sociais, associações, clube dos servidores municipais e entidades congêneres.

ART. 11º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder ajuda financeira a pessoas carentes e/ou entidades filantrópicas de finalidade social.

ART. 12º- A prestação de contas anual deverá demonstrar os efeitos de correntes de isenções, anistias, subsídios, ' benefícios tributários, creditícios, identificando as vantagens concedidas.

### CAPÍTULO II

#### DA RECEITA

ART. 13º- O Executivo poderá proceder operação de crédito na medida em que demonstre capacidade de indevidamento com a legislação em vigor.

§ Único- A negociação de financiamento por antecipação da receita, constante da Lei do Orçamento, poderá ser atualizada de acordo com a legislação em vigor.

ART. 14º- A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajuda a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal.

§ Único- Deverão serem tomadas as seguintes medidas:





ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

I- Cobrança de taxas com base nos custos das operações de atuação do Município;

II- Aplicação da correção monetária, de acordo com os índices oficiais;

III- Aplicação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados face a participação do FPM.

## CAPÍTULO III

### DAS DESPESAS

ART.152- As despesas da educação terão tratamento preferencial na liberação mensal dos recursos, assegurados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita como estabelece a Constituição Federal.

ART.162- As despesas de custeio serão reajustadas no teto máximo correspondente a 60% (Sessenta por cento), do Orçamento, estando previsto a evolução permanente dos investimentos especialmente em infra-estrutura urbana e social desenvolvimento rural e equipamento do setor público municipal.

§ Único- O Orçamento anual destinará no mínimo 10% (Dez por cento) de suas receitas à Câmara Municipal, deduzidas destas as receitas com destinação específicas e as receitas vinculadas.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.172- O Orçamento Programa terá sua execução centrada nas Secretarias de Finanças e de Planejamento.

ART.182- A participação da Comunidade deverá ser programada a partir do mês de maio, sistematicamente, visando o debate de Programação Orçamentária de 1.998.

ART.192- Na execução no Orçamento Municipal, com o fim de adequar os programas do trabalho, fica o Executivo Municipal autorizado a proceder por remanejamento, transferências ou transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

ART.202- Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA, ESTADO DO CEARÁ,  
EM: 11 DE AGOSTO DE 1.998.

FRANCISCO JOAQUIM SAMPAIO

Prefeito Municipal.